

EM CAIXA RECURSOS SERÃO RECEBIDOS PELAS PREFEITURAS A PARTIR DO PRÓXIMO MÊS

# ANP confirma aumento de royalties em Vila Velha e Vitória

Segundo agência, cada município vai receber R\$ 720 mil por ano por estar em zonas primárias de produção de petróleo

## DENISE ZANDONADI

A Agência Nacional de Petróleo (ANP) confirmou ontem que os municípios de Vitória e Vila Velha passarão a receber, a partir do próximo mês, royalties com o seu enquadramento na Zona de Produção Principal. Nos dois casos, a receita deverá girar em torno de R\$ 60 mil por mês, considerando o atual nível de produção no Estado.

Para receber esse enquadramento, os dois municípios solicitaram a sua inclusão no segmento de produção principal. A legislação que regula os royalties prevê que os municípios poderão receber o dinheiro repassados pelas empresas produtoras de petróleo nos casos em que há produção ou, onde há infraestrutura para atendimento à indústria petrolífera.

No caso de Vila Velha e Vitória, os técnicos da ANP, que vieram ao Estado, em fevereiro, para fazer o levantamento, constataram que nos dois municípios há "três ou mais instalações relaciona-

das às atividades de apoio à exploração, produção e escoamento do petróleo e gás, tais como: portos, aeroportos, oficinas de manutenção e fabricação, almoxarifados, armazéns e escritórios, conforme determinação das Leis 9.478/97, 7.990/89 e o Decreto 01/91, art. 20.

Outros municípios capixabas, onde há produção e mesmo estrutura de apoio, recebem maior volume de dinheiro de royalties, como

é o caso de Jaguaré, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra, Presidente Kennedy, Aracruz e Itapemirim. Em todos eles, há exploração de petróleo e gás, tanto em terra quanto em mar.

**Receita.** Os royalties pagos atualmente se referem a uma produção média de 44 mil barris de petróleo por dia e 1,3 milhão de metros cúbicos de gás por dia. A partir de meados de 2006, a produção deverá ser maior. Nos próximos dois anos, a produção de petróleo deverá chegar aos 180 mil barris por dia, um aumento de mais de 300%, que terá reflexos também na receita de royalties.

No ano passado, os municípios capixabas receberam 17,51% a mais de royalties, em relação a 2003, conforme dados da Agência Nacional de Petróleo. Os municípios receberam um total de R\$ 61,2 milhões nos 12 meses de 2004 contra R\$ 52 milhões no ano anterior.

O resultado se deve à produção do campo de Jubarte, no Litoral Sul do Estado, onde a exploração é feita pelo navio-plataforma Seillean. Também em terra, no Norte, houve aumento da produção em alguns meses de 2004, o que permitiu o repasse maior de royalties para os municípios.

### CONHEÇA MELHOR

■ **Cálculo.** Os royalties repassados para Estados e municípios são calculados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a partir da legislação específica. O repasse é regulamentado pelas leis federais 7.990/89; 9.478/97; e 10.195/01, além de dois decretos: 2.705/98 e Decreto número 1/91.

■ **Definição.** Essa legislação

determina que esses recursos podem ser aplicados em infra-estrutura e investimento, mas não define setores ou segmentos específicos.

■ **Gastos.** O dinheiro pode ser usado para quitar dívidas de municípios e Estados com a União e para capitalizar regimes de previdência das prefeituras e Estados.

■ **Proibido.** As leis são mais claras em relação ao que não deve ser feito com os royalties. O dinheiro não pode ser gasto com despesas correntes, ou seja, com custeio. Não podem ser usados para pagamento de pessoal permanente e para operações de crédito. Os prefeitos e governadores não podem usar os royalties para compor a base de cálculo dos gastos com educação e saúde.